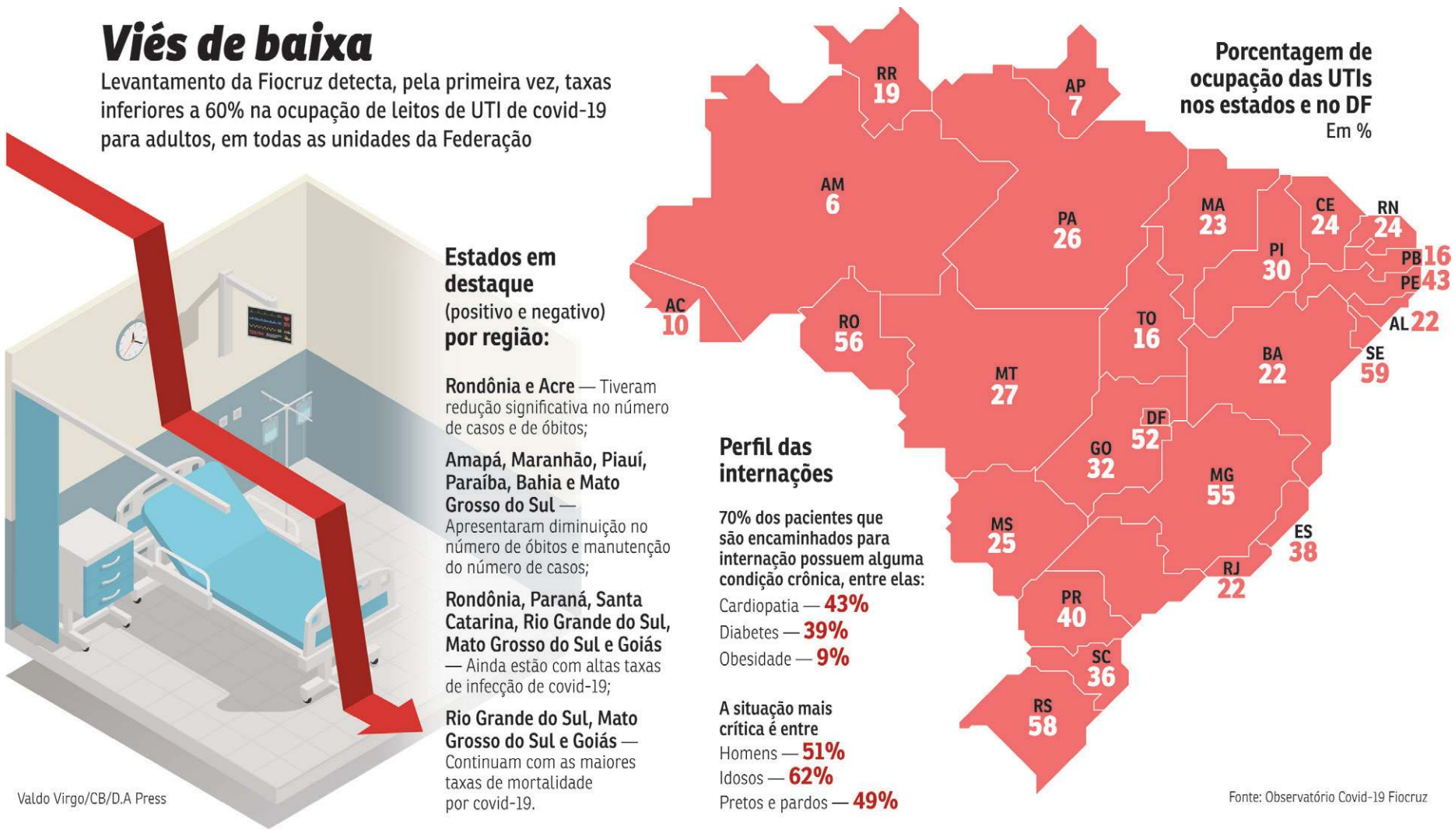
Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Diminui a ocupação de UTIs para a covid

Levantamento detecta queda de 32% no número de infecções nas duas últimas semanas. Resultado deve-se à vacinação

» TAINÁ ANDRADE
» MARIA EDUARDA ANGELI*



A mais recente edição do *Observatório Covid-19*, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apontou pela primeira vez uma redução nos níveis de ocupação dos leitos de UTI destinados a adultos. Desde julho de 2020, as taxas eram acima de 60%, mas no período entre 6 e 19 de março todos os estados e o Distrito Federal saíram da zona de alerta de vagas preenchidas no Sistema Único de Saúde (SUS).

O levantamento registrou uma média de 42 mil casos diários nas duas últimas semanas, o que representou um decréscimo de 32% se comparado ao final de fevereiro e início de março. No mesmo período, o número de óbitos causados pela covid-19 caiu para aproximadamente 35% — média diária de 570 mortes.

De acordo com os dados colhidos pela Fiocruz, a baixa na ocupação dos leitos é resultado do avanço da vacinação. O *Observatório Covid-19* mostrou que 82% da população brasileira tomou a primeira dose, 74% com a vacinação completa e 34% vacinaram-se com a dose de reforço. "Esses dados permitem afirmar que a 'terceira onda' epidêmica no Brasil, com o predomínio da variante ômicron entre os casos, está em fase de extinção", salienta o estudo.

Cuidados

Mas os especialistas ressaltam que o cenário positivo não é um sinal para a diminuição dos cuidados para o controle da pandemia e, também, não é um indicativo para se concentrar em uma única medida preventiva. "A intensa circulação de pessoas nas ruas e o abandono do uso de máscaras podem criar situações de aumento para a circulação do vírus", alertam.

No início de 2022, a taxa de letalidade — ou seja, a proporção de casos notificados que evoluíram para óbito — era de 0,2%, mas voltou a aumentar, chegou a 1% e se manteve até o momento. Um fato novo foi o aumento da letalidade hospitalar entre adolescentes entre 10 e 19 anos. Ainda há estados que apresentam altas taxas de infecção, como Rondônia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás. Os três últimos, aliás, mantém as maiores taxas de mortalidade pela covid-19.

O Distrito Federal é um dos locais com uma alta média (52%) de infecção se comparada com outras unidades da Federação. A infectologista Ana Helena Germoglio lembra que a taxa de transmissão em Brasília teve um crescimento nos últimos dias devido ao abrandamento no uso de máscaras. Ela concorda que vive-se um momento mais tranquilo da pandemia, mas adverte que cuidados individuais ainda precisam ser considerados.

"Apesar de ter todas as taxas de ocupação das UTIs estarem abaixo de 60%, ainda é preciso investir mais, principalmente nas pessoas que não tomaram a terceira dose. A aplicação de reforço é fundamental para que haja uma proteção contra a variante que está circulando agora", explicou.

Perfil

Segundo o *Observatório Covid-19*, 70% dos pacientes internados são homens, idosos, pardos ou pretos. Outra condição da permanência nas UTIs tem sido os problemas crônicos — cardiopatias, diabetes e obesidade são os mais frequentes.

A Fiocruz não teve acesso aos testes de diagnóstico mais recentes e, por isso, o levantamento não traz projeções sobre o comportamento pandêmico. É por meio desses dados que os especialistas antecipam a ocorrência de novos surtos da doença ou um retorno das pressões sobre os serviços de saúde.

Mesmo assim, o boletim indicou que é importante aproveitar a redução no número de casos e a sobra de vagas nas UTIs para se fazer uma readequação no serviço de saúde público. "Ao mesmo tempo, todo o sistema de saúde deve se valer do período de menor transmissão da covid-19 para readequar os serviços ao atendimento de demandas represadas durante as fases anteriores de alta de casos. Por exemplo: a distribuição estratégica de testes, a capacitação profissional para atividades de vigilância e cuidado, e o reforço da atenção primária de saúde, bem como o atendimento de síndromes pós-covid", ressalta o levantamento da Fiocruz.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

» Mudança para endemia é precipitada

O *Observatório Covid-19* alerta que a mudança de status de pandemia para endemia — como quer o governo federal — deve envolver indicadores como a letalidade. "Quando a ocorrência de formas graves que requerem internação gerar poucos óbitos, será possível saber que se poderá assumir ações de médio e longo prazo sem precisar contar com estratégias de resposta imediata", salienta.

MEIO AMBIENTE

União pede Fernando de Noronha de volta

» LUANA PATRIOLINO

O governo federal acionou o Supremo Tribunal Federal (STF), na última quinta-feira, com um pedido de liminar em ação civil ordinária para retomar a titularidade do arquipélago de Fernando de Noronha — que atualmente pertence a Pernambuco. A ação foi protocolada pela Advocacia-Geral da União (AGU) e endereçada ao presidente da Corte, ministro Luiz Fux. A relatoria do caso, porém, caberá ao ministro Ricardo Lewandowski.

No documento, o órgão lembrou de um acordo celebrado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com o então governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos. Segundo a AGU, o estado viria desrespeitando um contrato de cessão de uso, assinado em 2002, ao impedir a atuação do governo federal na preservação da área.

"O estado de Pernambuco, ao ignorar completamente o Contrato de Cessão de Uso celebrado com a União e o próprio mandamento constante do art. 20 da Constituição da República, vem não só desrespeitando a legislação de regência a respeito da gestão de Fernando de Noronha, como também vem impedindo a atuação constitucional do ente central para preservação daquela área", salienta a AGU.

> **A Constituição de 1988 consigna que Fernando de Noronha faz parte do território de Pernambuco. É um distrito administrado pelo governo do estado. Não tem o menor cabimento essa ação"**
>
> ***José Bertotti,*** *secretário de Meio Ambiente do estado*

Irregularidades

O governo argumenta que Pernambuco entende de modo equivocado que é o titular integral do arquipélago. Para a Advocacia da União, é "evidente a configuração de um conflito federativo".

Ao descrever as supostas irregularidades, o governo aponta situações como concessão de autorizações indevidas "para edificações na faixa de praia" e expedição de "termos de permissão de uso" em contrariedade com a legislação. Segundo o governo, haveria, ainda, "crescimento de rede hoteleira em ocupações irregulares, com várias denúncias apresentadas ao Ministério Público Federal". Também foram observados pela AGU supostos conflitos de competência, entre o Ibama e a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, na proteção do meio ambiente.

O secretário de Meio Ambiente de Pernambuco, José Bertotti, disse que a ação é "completamente descabida" e o governo de Pernambuco está seguro sobre o cumprimento do que está previsto em lei. "A Constituição de 1988 consigna que Fernando de Noronha faz parte do território de Pernambuco. É um distrito administrado pelo governo do estado. Não tem o menor cabimento essa ação", criticou.

Por meio de nota, o governo de Pernambuco disse que "a população de Fernando de Noronha gostaria que o governo federal tivesse a mesma persistência e celeridade que empenha num processo judicial extemporâneo e que agride a Constituição para fazer cumprir a promessa, divulgada em 2019, de que iria realizar o saneamento básico da ilha".

O pedido remetido ao STF veio um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro (PL) ir a Pernambuco para o lançamento da pedra fundamental da Escola de Sargentos do Exército no estado. **(Com Agência Estado)**

Talitah Lacerda/EM/D.A Press

A Ponta da Sapata é uma atração no arquipélago pernambucano